



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Declaração Política

(Ao Serviço do Povo Açoriano)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Vivemos hoje tempos difíceis nos Açores. O inimigo que acossa implacavelmente as nossas famílias, minando as nossas expectativas em relação ao futuro e criando não poucas dificuldades no nosso quotidiano, é o mesmo que diariamente cobra milhões de vítimas em todo o mundo.

Esse inimigo, que não conhece fronteiras, cavalga as profecias da desgraça de um sistema que assentava o seu equilíbrio numa messiânica mão invisível com 233 anos de idade.

Devo dizer que sempre desconfiei das coisas invisíveis. Não tenho a certeza que Adam Smith tenha morrido. Se calhar, a notícia da sua existência é que foi muito exagerada.

Seja como for, o que nos interessa saber neste Parlamento é perceber o que aconteceu ao conceito da aldeia invulnerável do Astérix que a propaganda socialista desenhou a respeito dos Açores.

Há uns meses, sempre que se falava na crise mundial aparecia sempre um governante socialista que nos descrevia, em género de epopeia, que, num recôndito lugar da antiga Atlântida, resistia e persistia um oásis imune ao império da crise.

Disse, anteriormente, que sempre desconfiei de coisas invisíveis. Neste ponto da questão, cabe-me dizer que nunca acreditei em coisas absurdas.



**Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores**

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Aqui chegados, cabe-nos falar da crise. O Governo Regional é um recém-chegado a este conceito, depois de uma longa travessia do deserto entre um oásis inexistente e a dura realidade das coisas.

Chegado nestas circunstâncias, o seu comportamento é agora sôfrego, obcecado e doentio. Impedidos durante um ano e tal de falar em crise, os responsáveis socialistas banqueteiaram-se agora com a maravilhosa liberdade de, finalmente, poderem pronunciar a palavra durante tanto tempo proibida.

A crise transformou-se na desculpa para tudo. O novo hospital de Angra está atrasado? A culpa é da crise. É necessário decapitar os gabinetes parlamentares da oposição? Consequência da crise. O Sr. Deputado São Bento quer viajar sozinho para a Califórnia? Restrições de voo impostas pela crise. O delfim do PS quer ficar com a APIA? A tutela teve de mudar devido à crise. É preciso chumbar a comissão de inquérito à Fajã do Calhau? As comissões são caras, os infestantes aí existentes não a justificam e estamos em crise.

Não vou continuar este exercício, pois penso que ficou provado que no universo socialista tudo está em crise, inclusivamente eles próprios. Crise de projecto, crise de ideias, crise de soluções e crise de liderança.

Além disso, a palavra crise transformou-se num monopólio e numa marca socialista. Agora sinto, sempre que a utilizo, que a palavra já não me pertence, tal o grau de apropriação e identificação que o PS logrou com esta palavra.

Assim sendo, abandono, para todo o sempre, a disputa em redor da palavra. Sei reconhecer quando perco.



**Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores**

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Concentremo-nos então nas soluções e propostas alternativas. A minha percepção é que às actuais dificuldades e limitações económicas devemos responder com uma ambição à escala do nosso potencial e das capacidades do Povo Açoriano.

Quero aqui deixar três contributos que trarei a este Parlamento na próxima sessão plenária.

Ao conceito socialista dos Açores enquanto aldeia gaulesa isolada e invulnerável, quero contrapor a proposta que partilho, há muito tempo, com o deputado Aníbal Pires. Falo da criação da Euro-região da Macaronésia, entidade que deverá integrar os arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde.

Esta entidade europeia possuiria uma formidável projecção estratégica, monopolizando todo o triângulo marítimo que liga a Europa aos continentes americano e africano.

Tudo isto valorizaria, ainda mais, o que os Açores representam, por si só, nesta área estratégica com os seus 984 mil km² de extensão marítima (ou seja 57% da Zona Económica Exclusiva de Portugal e um pouco menos que 1/3 dos três milhões de Km² da Zona Económica Exclusiva da União Europeia).

Uma Euro-região com estas características, além de somar uns respeitáveis 3 milhões de habitantes, 2 de língua castelhana e 1 de língua portuguesa, possuiria, para além deste extraordinário potencial estratégico, a capacidade de gerar extraordinárias sinergias e complementaridades em áreas como os transportes, o ambiente, o turismo, a cultura e o património, o desporto, o empreendimento empresarial e a inovação, o comércio, a formação, a saúde, a agricultura e pescas, as novas tecnologias e a sociedade da informação.



**Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores**

A Euro-região da Macaronésia, dotada deste vasto conjunto de recursos, teria, obviamente, uma grande capacidade de atracção do investimento e de obter vastos recursos financeiros numa União Europeia que a valorizaria imenso.

A este respeito, convém não ignorar a crescente importância que o continente africano está novamente a assumir enquanto fonte de matérias-primas, potencial energético e mercados. A concorrência global neste continente envolve os Estados Unidos, a Europa e a recém-chegada China.

Se juntarmos a estes factos, a importância fulcral, para a Europa, de controlar os fluxos emigratórios provenientes do continente africano e a intenção americana de projectar um maior potencial militar nesta zona, podemos concluir que a integração de Cabo Verde nesta Euro-região complementaria e potenciaria imenso a importância dos Açores enquanto centro do triângulo estratégico do Atlântico Norte.

Por último, no que se refere a este assunto, quero referir que o tempo para tomarmos a liderança de um projecto com estas características começa a escassear. Está neste momento em formação a Euro-região das Ilhas Mediterrânicas. A própria Coalición Canaria, partido que governa aquela comunidade, incluiu a formação de uma Euro-região Atlântica no seu programa eleitoral.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

O segundo contributo que quero trazer à coacção é a questão do reforço dos mecanismos de identidade do nosso Povo. As sociedades que respondem melhor às crises são aquelas que possuem maior coesão e identificação colectiva.

O Estatuto foi, neste aspecto, um marco muito importante da nossa história recente. Mas podemos fazer rapidamente algo que terá um enorme impacto no reforço dos mecanismos de identidade. Falo da criação de selecções desportivas



**Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores**

açorianas inscritas nas respectivas federações internacionais e no ensino da história e geografia e cultura dos Açores.

O impacto do fenómeno desportivo nas sociedades actuais é incomensurável. Imaginam o impacto colectivo que teria a participação de selecções açorianas nas mais importantes competições internacionais, a nível de selecções, das diversas modalidades? Tudo isto é algo que está ao nosso alcance.

O mesmo se pode dizer do ensino da história e cultura dos Açores nas nossas escolas. Num momento em que nos negam o reconhecimento da nossa identidade como Povo, será lícito continuar a privar os nossos jovens de uma estruturada e completa leccionação da nossa história. E que não se fale do currículo regional, esse desmancho que negou a aprendizagem da nossa história a uma geração de jovens açorianos.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Finalmente quero falar de políticas de coesão porque sem o seu sucesso o nosso futuro ficará irremediavelmente diminuído. Dizem – eu não consigo ver isso, confesso - que do caldeirão da Ilha do Corvo se podem observar as 9 ilhas dos Açores.

Daquela ilha também se podem ver o insucesso das políticas de coesão. A começar por esta casa. Será admissível que este Parlamento, garante do cumprimento do nosso Estatuto, continue a discriminar a ilha do Corvo, e os deputados que ela elege, negando-lhe a delegação parlamentar a que tem direito?

Será admissível que se criem Parques Naturais e Reservas da Biosfera - muito estimáveis, é certo - mas às quais não são atribuídos meios ou até sequer nomeados órgãos de gestão?

Será admissível que seja construído um Centro de Interpretação Ambiental, mas o mesmo continue sem funcionar quase três anos após a conclusão da obra?



**Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores**

Será possível admitir que a política e o investimento desportivo da ilha seja uma total inutilidade?

Poderia dar dezenas de exemplos deste tipo, assim como de importantes contributos do Governo noutras áreas. A sensação que fica é que até não seria difícil resolver estes problemas.

Coloquem o que criaram a funcionar e envolvam, sem discriminações, as populações locais nas soluções. Desburocratizem, facilitem, apoiem e acompanhem os processos locais.

Não vejo que as coisas sejam muito diferentes nas outras ilhas da coesão. A coesão é um imperativo do futuro dos Açores.

No futuro seremos prósperos, mas teremos de o ser todos juntos. Aplicando a melhor tradição militar, eu diria que é proibido deixar alguém para trás.

Disse!

Horta, 28 de Janeiro de 2009

O Deputado Regional

Paulo Estêvão